Minuta da ata da 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN no ano de 2018

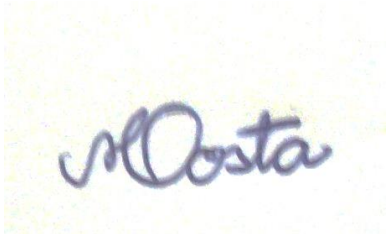
Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 9h00min, no Auditório do IFPB, campus Guarabira, no município de Guarabira, realizou-se a **2ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN**, no ano de 2018. A ***Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa*** (1ª Secretária Geral do CBH-LN) fez a abertura da reunião, saudando a todos e colocou a importância desta reunião, uma vez que o primeiro item da pauta é a eleição para recomposição da Diretoria Colegiada do CBH-LN, enfatizando que a eleição é apenas para completar o mandato da gestão atual do comitê. Ainda colocou que antes de iniciar a pauta da reunião o plenário tem que eleger o Presidente do CBH-LN, o Vice-Presidente do CBH-LN e o 2º Secretário Geral do CBH-LN. A ***Sra. Mirella*** ainda fez uma breve explanação sobre as atribuições de cada cargo, conforme o regimento interno e colocou que o plenário precisa decidir se a votação vai ser por cargo ou por chapa. O plenário decidiu por votação em chapa, foi apresentado chapa única, composta por: Sr. Natanael Leal (candidato a Presidente), Sr. Assis Firmino (candidato a Vice-Presidente) e o Sr. Gemerson Farias (candidato a 2º Secretário Geral), sendo a chapa aprovada por aclamação do plenário. Foi dado um espaço para que os eleitos falassem e todos foram unânimes em agradecer a confiança neles depositadas e que irão honrar o compromisso assumido e também enalteceram o trabalho da Sra. Mirella enquanto 1ª Secretária Geral do CBH-LN. A ***Sra. Mirella*** colocou que um representante do plenário precisa dar posse a nova diretoria eleita. O ***Sr. Danilo*** (Representante de usuário) se dispôs e em nome do plenário deu posse a nova diretoria colegiada do CBH-LN, ficando composta conforme a seguir: Sr. Natanael Leal da Silva– Presidente, Sr. Assis Firmino– Vice-Presidente, Sra. Mirella – 1ª Secretária Geral e o Sr. Gemerson Farias da Costa – 2º Secretário Geral. Empossada da Diretoria Colegiada, o ***Sr. Natanael Leal*** (Presidente do CBH-LN) deu continuidade a reunião lendo a pauta a ser tratada: **1.Abertura da reunião; 2.Eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e 2º Secretário Geral do CBH-LN (para completar o mandato em curso); 3.Posse dos eleitos; 4.Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 5.Continuação sobre a discussão das Estratégias do CBH-LN em relação às ações de restauração das Áreas de Proteção Permanente (APPs) (nascentes e matas ciliares) (Ação relacionada no Planejamento Estratégico do CBH-LN (Deliberação nº 01/2016)); 6. Apresentação sobre a situação atual da Barragem Lagoa do Matias (Bananeiras-PB): impactos do assoreamento e busca de soluções (Kerssia Melo – Representante da Prefeitura Municipal de Bananeiras); 7. Palavra facultada.** Em seguida passou para o quarto ponto da pauta. **4. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior:** A ***Sra. Mirella*** fez a leitura da ata e o ***Sr. Natanael*** perguntou se alguém teria mais alguma retificação a ser feita na ata e submeteu-a a aprovação do plenário, sendo aprovada por unanimidade. A ***Sra. Rejane Gomes*** (AESA) fez uma observação quanto à ata sobre as imagens que a AESA tinha solicitado ao MMA, informou que a AESA já recebeu e tem todas as áreas do CAR das propriedades privadas e que essas imagens já estão com o Sr. Vicente que é técnico de Geoprocessamento da AESA, essa transformação dos dados em informações dará um pouco de trabalho, porque precisará entrar no link de cada coordenada e transformar em imagem, mas colocou que, de qualquer forma, o importante é que esses dados já estão de posse da AESA. Passou para o quinto ponto da pauta. **5. Estratégias do**

CBH-LN em relação às ações de restauração das Áreas de Proteção Permanente - APPs (nascentes e matas ciliares) (Ação relacionada no Planejamento Estratégico do CBH-LN (Deliberação nº 01/2016)) A ***Sra. Mirella*** iniciou ressaltando que na ata da última reunião, foram apresentadas duas propostas: a) Solicitar a *AESA* o contrato de uma empresa para fazer o levantamento sobre identificação e caracterização do estado das nascentes na área de atuação do comitê; b) Solicitar a *AESA*, a abertura de editais de convênios para os municípios, na qual, os que estiverem interessados apresentar em seus projetos de recuperação de APPs, condicionando que a execução seja efetuada via ONG ou OSCIP, e que possua em seu âmbito municipal, o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Passou a palavra para a ***Sra. Rejane Gomes*** *(AESA)*, fez uma observação, que na última reunião a ***Sra. Mirella*** comentou sobre quais propostas seriam estabelecidas para atuação do Comitê, no entanto as propostas idealizadas ficaram em sua maioria com responsabilidade da AESA, sendo assim, pediu para que o Comitê participasse com mais comprometimento em algumas das ações. E ressaltou que não é preciso necessariamente a AESA fazer esse papel, mas que a articulação do próprio Comitê para que os convênios com os municípios sejam executados, não eximindo o papel da AESA de suas obrigações, abrindo uma reflexão para os presentes, que uma das propostas do curso para capacitação dos membros do Comitê, é exatamente sobre o comprometimento de todos que fazem parte do Comitê para que desenvolva efetivamente seu papel, e não apenas de orientar a AESA. O ***Sr. Gemerson*** (Prefeitura de Mamanguape) colocou que foram propostas, recomendações a AESA, devido a sua responsabilidade pela aplicação dos recursos. A ***Sra***. ***Mirella*** colocou que ainda existem dúvidas acerca de como a AESA realizará a execução desses convênios por não terem sidos definidos as ações necessárias para a restauração das Áreas de Preservação Permanentes - APPs. E salientou que algumas das ações encarregadas pela AESA não são desempenhadas. A ***Sra. Rejane Gomes*** enfatizou que a atuação do Comitê, não se daria apenas dos recursos, e sim, da articulação. E a ***Sra. Mirella*** enfatizou que as articulações estão sendo promovidas, mas que falta efetividade da atuação dessas ações pela AESA. A ***Sra. Kerssia Melo*** (Prefeitura de Bananeiras) propôs que devido a quantidade de pessoas qualificadas dentro do Comitê, fosse debatido em algum momento, as ações em conjunto com os municípios, de quais teriam interesse para se dar essa articulação de maneira compartilhada. A ***Sra. Rejane*** sugeriu que as ações provenientes de restauração de APPS, levando em consideração os municípios que possuem esse tipo de conflito ambiental, os temas referentes a essa problemática poderiam ser abordados em Workshops, Seminários para o melhor entendimento sobre o assunto. A ***Sra. Kerssia Melo*** sugeriu que nessas audiências públicas fossem realizados debates nas comunidades que possuem esse conflito acerca da importância desse projeto de restauração das Áreas de Preservação Permanentes – APPs com o objetivo de fechar parcerias com essas comunidades para efetivar o projeto. A ***Sra. Kerssia*** ainda, relatou que apesar desse esforço realizado para a restauração dessas áreas, e por esse tipo de atividade estar prevista em Lei, a própria população do entorno dificulta esse trabalho, sendo assim, o Comitê entraria nesse aspecto como mediador desse conflito através de discussões, onde seriam realizados acordos, dependendo da utilização dessa área. O ***Sr. João Paulo*** (CREA), destacou que dentro do Município, quem determina o uso e a ocupação do solo é a Legislação Municipal, desta forma, exemplificou o caso de Bananeiras, da Barragem da Lagoa do Matias, que ao licenciar o uso do solo, o interesse particular não respeitou a legislação

vigente. A ***Sra. Kerssia***, declarou que havia encontrado um artigo do Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente – ENGEMA, acerca dessa problemática com a Barragem da Lagoa do Matias que diz respeito ao empreendimento que "privatizou" áreas de extrema importância para recarga do reservatório que faz o abastecimento das cidades de Belém, Caiçara e Logradouro, para servir como espaço de lazer para os seus condôminos. A ***Sra. Mirella*** colocou que por se tratar de conflitos que envolvem recursos hídricos, esses debates devem ser expostos para o Comitê, mas, esse empreendimento licenciado e implementado não chegou ao conhecimento do Comitê. A ***Sra. Rejane Gomes (AESA)*** sugeriu que essa denúncia poderia ser relatada pelo próprio Comitê por ter maior representação. A ***Sra. Mirella*** expôs que o papel do município, CAGEPA e SUDEMA seria exatamente fazer esse comunicado ao comitê antes do empreendimento fazer o uso e a ocupação do solo e chamou a atenção dos outros representantes do Comitê que tinham conhecimento desse empreendimento em se apropriar da situação, e fazer a respectiva divulgação para possível decisão do Comitê. A ***Sra. Mirella*** abriu a discussão sobre quais estratégias serão realizados, e destacou a importância de projeto compartilhado. A ***Sra. Kerssia Melo***, recomendou que todos os municípios que possuem conflito poderiam ser contemplados. O ***Sr. Severino Ramos*** (Prefeitura de Mari), propôs que o Comitê faça a solicitação a AESA para a elaboração de um edital de convênio para que os Municípios submetam projetos de recuperação de APPs, com orientação do Comitê. A ***Sra. Rejane Gomes (AESA)***, atentou que na última reunião uma das obrigatoriedades para a obtenção desse recurso ao município, seria a existência do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Ainda, propôs a chamada pública dos Projetos da realização da identificação e caracterização do estado das nascentes dos Municípios interessados para avaliação do Comitê, onde estes seriam encaminhados para a AESA. Posteriormente a AESA abriria uma licitação para ONGs específica para aquele município, para executar o projeto selecionado, lembrou que o projeto deve ser realizado em áreas públicas. A ***Sra. Mirella*** e o ***Sr. Natanael***, comprometeram-se em ir à SUDEMA para fazer o levantamento das informações e solicitar o *shape* quanto à localização das nascentes e APPs, a serem extraídas do CAR. A ***Sra. Mirella*** solicitou propostas à plenária para que sejam realizadas ações efetivas para recuperação de APPs e foram sugeridas as seguintes propostas: a) Projeto compartilhado; b) audiências públicas onde fossem realizados debates nas comunidades que possuem esse conflito acerca da importância desse projeto de restauração das Áreas de Preservação Permanentes – APPs com o objetivo de celebrar parcerias com essas comunidades para efetivar o projeto; c) solicitar à AESA a abertura de editais para a contratação da OSCIP ou ONG com anuência de uma Prefeitura e d) Conflitos entre áreas privadas e ações de reflorestamento. A ***Sra. Kerssia***, sugeriu que nessas audiências públicas sejam expostas as ações judiciais que foram sujeitas ao Ministério Público, onde até o momento ainda não obteve respostas. A ***Sra. Mirella*** acordou com a plenária para que essa discussão pudesse ficar para a próxima reunião. Passou para o sexto ponto da pauta. **6. Apresentação sobre a situação atual da Barragem Lagoa do Matias em Bananeiras - Impactos do assoreamento: em busca de soluções.** A ***Sra. Kerssia Liliane Santos de Melo*** (Prefeitura Municipal de Bananeiras)**,** saudou a todos os presentes, e iniciou a apresentação do artigo: *Impactos Ambientais sobre Recursos Hídricos por Empreendimento Habitacionais, realizado por um estudante da Universidade de Campina Grande, no Encontro Internacional sobre Gestão*

Ambiental e Meio Ambiente – ENGEMA, em São Paulo, no ano de 2017, como forma de discutir o que foi observado no trabalho desenvolvido sobre as questões empresariais, o uso e ocupação irregular do solo e o recurso hídrico da Barragem Lagoa do Matias. Explicou os principais pontos a serem observados, a localização dos conflitos e as características da região, que ficam no Município de Bananeiras. Mostrou a relevância do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) na ocupação de áreas próximas aos recursos hídricos para evitar a degradação do meio ambiente, considerando os diversos tipos de uso dos recursos hídricos. Em seguida, abordou sobre a Barragem Lagoa do Matias, identificando quais municípios são abastecidos, e sua capacidade hídrica. Devido à estrutura geológica, foi formado o aquífero Serra dos Martins, que está presente em sua maioria no município de Bananeiras. Atentou que a Prefeitura Municipal de Bananeiras não supervisiona o planejamento da alocação de empreendimentos, e enfatizou que apesar da luta, e do pessoal qualificado, existe um grupo que possui pensamentos contrários a essa idealização, alegando que estes empreendimentos trarão benefícios ao município, devido a geração de emprego e renda para a população, dificultando a organização desse planejamento. A falta de informações em escala adequada sobre os recursos naturais da área do projeto dificultou a participação da população ou grupos interessados na discussão. Para isso a construção de dados espaciais que possam ser disponibilizados de forma acessível, contribuiria nas decisões de ocupação do território. A ***Sra. Kerssia***, ainda frisou, que muito dos empreendimentos licenciados pela SUDEMA, não possuem aviso prévio do município, o que dificulta a discussão quanto à gestão desses recursos. O autor do texto, ainda relatou que: *"a barragem recebia recarga das nascentes que estão sobre o aquífero Serra do Martins, mas depois das construções dos barramentos nos empreendimentos a recarga da barragem Lagoa do Matias limitou-se ao que é acumulado no próprio rio devido à modificação da vazão no rio"*. A ***Sra. Kerssia*** (Prefeitura de Bananeiras) acrescentou que com as construções dos empreendimentos, a Barragem Lagoa do Matias que abastece mais de 28 mil pessoas das cidades de Belém, Caiçara, Logradouro e os distritos de Rua Nova (Belém), Cachoeirinha e Braga (Tacima), começaram a ser prejudicadas com relação ao abastecimento pelo constante racionamento de água, no ano de 2012, que coincide com o mesmo ano de início das atividades dos empreendimentos. E também utilizaram dados concedidos pela AESA da evolução do volume armazenado nos anos de 2008 a 2012, onde demonstrou que o nível foi diminuindo ao longo desses anos. Os empreendimentos não utilizam água da CAGEPA para suas atividades, são captadas dos reservatórios superficiais e subterrâneos no próprio empreendimento. E destacou que a realidade da região em relação aos recursos hídricos é de muita dificuldade em abastecimento da população de forma constante e a falta de um prévio estudo de impacto ambiental degrada o sistema natural que abastece os reservatórios da região. A ***Sra. Kerssia***, enfatizou que os empreendimentos através de barramentos, traz impactos ambientais por falta de estudos prévios, além de existir outro tipo de impacto que se trata da presença de tanques de piscicultura, onde deveria ser realizado ações efetivas dos órgãos competentes desde a nascente até o seu leito, com fiscalização constante. E sugeriu que os órgãos competentes fizessem esse tipo de comunicação aos interessados pelo uso do recurso hídrico, não compreendendo só aquilo que é outorgado e sim levar em consideração o todo. E exprimiu a necessidade de comunicação dos órgãos que fazem a outorga de uso dos recursos hídricos, e os licenciamentos ambientais

com a própria Secretária Municipal. O ***Sr. Gemerson***, ressaltou a importância da elaboração de Sistema de Informação e Dados da Gestão Ambiental para o Estado da Paraíba. A ***Sra. Kerssia***, concluiu, citando o último parágrafo do artigo. E ressalta que o artigo apresentado destaca a falta do estudo prévio de impacto ambiental, que deve servir como um instrumento para a autorização de um licenciamento de um determinado empreendimento, e dependendo de suas condições até embargar o mesmo. Ainda relatou que a comunidade do entorno e as mídias locais, fizeram diversas denúncias ao Ministério Público. O Município recebe as denúncias, mas é incapaz de resolver. E pediu a atenção dos representantes do Comitê em relação a esse conflito. A ***Sra. Mirella***, sugeriu que a AESA, em conjunto com o empreendimento fizesse a construção de comportas para a vazão do rio percorrer pelo seu curso d'água. Finalizado esse ponto de pauta e dando continuidade, a Sra. Mirella exprimiu a necessidade de discutir sobre as questões: a) a solicitação realizada pela AESA para a capacitação dos membros do Comitê em relação aos Recursos Hídricos no primeiro semestre, e a ***Sra. Mirella*** sugeriu o curso de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos, que foi acordado pelo Comitê; b) o Fórum Nacional do Comitê de Bacias está solicitando um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte para compor o Colegiado Nacional Coordenador do Fórum Nacional, e foi acordado pelo Comitê que a Sra. Mirella seria a representante titular e a Sra. Maria Adriana seria a representante Suplente do CBH - LN. Passou para o sexto e último ponto da pauta. **6. Palavra facultada:** A ***Sra. Mirella*** colocou que o ***Sr. Severino Ramos***, está produzindo um projeto em conjunto com a Petrobrás e um professor da USP, sobre a produção de inhame com técnicas avançadas que envolvem recursos hídricos, matas ciliares, e pediu para o Comitê colaborações e uma carta de apoio para dar maior credibilidade ao projeto, que ficou acordado com o plenário. A ***Sra. Mirella*** ainda colocou para o plenário que o IFPB em parceria com o comitê submeteu um projeto de extensão de apoio às ações do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e também informou que recentemente foi eleita coordenadora do Curso ao qual da aula. Nada mais havendo a tratar ***o Sr. Natanael*** (Presidente do CBH-LN) deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos. Eu, ***Mirella Leôncio Motta e Costa***, Secretária Geral desta Plenária, lavrei a presente ATA que depois de lida e aprovada será assinada por mim e acompanhada da lista com as assinaturas dos presentes.



Mirella Leôncio Motta e Costa

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA

ASSUNTO: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN, no ano de 2018
DATA: 10/05/2018
LOCAL: Auditório do IFPB MUNICÍPIO: Guarabira-PB

LISTA DE PRESENÇA

Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
Poder Público Federal						
1	Titular	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	Manoel Eufrásio Rodrigues			Baía da Traição
	Suplente	Fundação Nacional de Saúde – FUNASA	Elma Maria Araújo Pimentel			João Pessoa
2	Titular	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO	Luciana Pacca			Cabedelo
	Suplente	Departamento Nacional de Obras contra secas – DNCOS- CEST/PB	Danilo Augusto Santos de Magalhães			João Pessoa
Poder Público Estadual						
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas – AESA	Waldemir Fernandes de Azevedo	P/ Regina Lyra Castro		João Pessoa
	Suplente	Superintendência de Administração do Meio Ambiente – SUDEMA	João Carlos de Miranda			João Pessoa
2	Titular	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca – SEDAP	Demilson Lemos de Araújo			João pessoa
	Suplente	Empresa Paraibana de abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA	Railson Mascena Marques			João Pessoa
Poder Público Municipal						

200

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA

ASSUNTO: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN, no ano de 2018
DATA: 10/05/2018
LOCAL: Auditório do IFPB MUNICÍPIO: Guarabira-PB

Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
1	Titular	Prefeitura Municipal de Bananeiras	Kerssia Liliane Santos de Melo		99871-9041	Bananeiras
	Suplente	Prefeitura Municipal de Mari	Severino Ramos		99997-4159	Mari
2	Titular	Prefeitura Municipal de Mamanguape	Gemerson Farias da Costa			Mamanguape
3	Titular	Prefeitura Municipal de Serraria	Daiana Karla Morais			Serraria
4	Titular	Prefeitura Municipal de Solânea	Késsio José Furtado Santos			Solânea
Usuários de Recursos Hídricos						
1	Titular	CAGEPA	Guilherme Brandão Dourado Andrade			João Pessoa
2	Titular	Gilvan Celso Cavalcanti de M. Sobrinho	Danilo da Silva Maciel		99322-2317	Santa Rita
3	Titular	Guaraves- Guarabira Aves LTDA	Alex Andrade			Guarabira
4	Titular	Japungú Agroindustrial S/A	Alexandre Maciel Guerra		9934J-6801	Santa Rita
5	Titular	José Ivanildo Cavalcanti de Morais	José Severino da Silva		87868402	Santa Rita
6	Titular	Miriri Alimentos e Bioenergia S/A	Hélio Freitas da Cruz Neto		99117 5662	Santa Rita
7	Titular	Nilton Cavalcanti de Morais	O mesmo			Mamanguape
8	Titular	Roberto Cavalcanti de Morais	o mesmo			Mamanguape
9	Titular	Usina Monte Alegre	João Valões Filho		(83) 9 9988 4441	Mamanguape
10	Titular	vago				Mamanguape

201

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA

ASSUNTO: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN, no ano de 2018
DATA: 10/05/2018
LOCAL: Auditório do IFPB MUNICÍPIO: Guarabira-PB

Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
Sociedade Civil						
1	Titular	Associação Brasileira de Recursos Hídricos -ABRH	Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro	M. Adriana de F. M. Ribeiro		João Pessoa
2	Titular	Associação de Plantadores de cana da Paraíba	Vamberto de Freitas Rocha			João Pessoa
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari	Raquel Barbosa da Silva			Mari
3	Titular	Associação dos Trabalhadores Rurais de lagoa do Matias e Projeto São José	Luis Joaquim do Nascimento			Bananeiras
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçagi	Antônio Cesário Domingos Irmão			Araçagi
4	Titular	Centro de Conscientização, Defesa Ambiental e Social - CEDAMS	Marlindo Francelino Gomes			Sapé
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto	Danilo Lima da Silva			Rio Tinto
5	Titular	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA	João Paulo Neto			João Pessoa
	Suplente	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Rio Tinto - CMDS	Antônio Justino da Silva			Rio Tinto

202

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA

ASSUNTO: 2ª Reunião Ordinária do CBH-LN, no ano de 2018
DATA: 10/05/2018
LOCAL: Auditório do IFPB MUNICÍPIO: Guarabira-PB

Nº	Titular/ Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail/Telefone	Município
6	Titular	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba	Francisco Xavier de Andrade			Campina Grande
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões	Ariosmar Candido da Cruz			Pilões
7	Titular	Federação dos Trab. Na agric. Do estado da Paraíba - FETAG	Assis Firmino da Silva			João Pessoa
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra da Raiz	Manoel Severino de Lima			Serra da Raiz
8	Titular	Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB	Mirella Leôncio Motta e costa			João Pessoa

Outros Participantes:
1. Maraci de Sousa Virgolino - AESA
2. Rômulo Wilkis Nunes de Andrade - IFPB
3.
4.
5.
6.
7.

203